

ALGO NOS SEPARA

Temos nos apresentado internacionalmente como uma “potência pacífica”, o que passa pela não intervenção em assuntos internos de outros países, pelo respeito à autodeterminação, e pela equidistância com relação a situações de conflito e litígio. Nos tempos que correm, a imagem que queremos passar é de um “Lula Pacificador”, que leva a conciliação e a bondade aos conflitos na América do Sul, presta socorro à oprimida Cuba e oferece generosos préstimos para atenuar os conflitos no Oriente Médio, além de distanciar-se de qualquer posição que possa envolver sanções a outros países. Nada de punições: oferecemos aos demais povos amor e compreensão.

Nossos vizinhos da América Latina, no entanto, talvez não nos enxerguem exatamente dessa forma. Nossas relações com a vizinhança começaram de maneira pouco respeitosa desde os tempos da América Portuguesa. Pelo Tratado de Tordesilhas, não teríamos tido mais do que dois milhões de quilômetros quadrados. Somando esforços portugueses e brasileiros, conseguimos elevar este espaço em cerca de quatro vezes, a expensas de territórios da vizinhança. Usamos largamente o princípio do *Uti Possidetis*, segundo o qual o território é de quem efetivamente o ocupa, o que nos torna “posseiros” históricos. Não é à toa que o Barão do Rio Branco dedicou o maior esforço para regularizar fronteiras e relações com os vizinhos.

Mas os tempos passaram e hoje somos um dos BRICs. A América Latina é o nosso entorno imediato, e certamente aquele espaço em que temos maior chance de exercer influência. Dos seus 21 milhões de quilômetros quadrados, detemos 8 milhões e

meio. Juntamente com a Argentina e o México, somamos dois terços do PIB latino-americano. Ao desejarmos aumentar nossa esfera de influência, a América Latina surge como nosso foco imediato de atenção, para onde devemos dirigir nossos esforços.

Embora política externa seja, em princípio, área prioritária de ministérios de relações exteriores, em muitos países democráticos a sociedade como um todo acaba por se envolver na sua formulação e até mesmo na sua execução. No caso dos Estados Unidos, não é possível separar a política externa da atividade das empresas que lá têm suas sedes. O Brasil é um país onde o Itamarati tem se esforçado por manter o seu tradicional monopólio em formulação e execução da política externa, e o recurso à sociedade civil tem sido mais exceção do que regra. Todavia, encontramos aí um adequado espaço para atuação do mundo empresarial.

Quando empresas brasileiras se multinacionalizam, a América Latina é frequentemente o local onde se inicia o processo. Filiais, escritórios comerciais e operações parciais de manufatura tendem a se situar primeiramente na América Latina, para posteriormente se estender a outros países. Vide os casos de AmBev, Banco Itaú, Odebrecht, Braskem e Camargo Correa. Se o nosso país pretender levar adiante o seu propósito de ser internacionalmente mais influente, não se pode ocultar o fato de que influência tem inevitável vinculação com o poder nacional que se compõe de diversos elementos: poderio militar, econômico, científico e tecnológico. E no que diz respeito à dimensão econômica do poder, as empresas desempenham papel decisivo. ■



O Brasil não é tão pacífico e bondoso quanto acreditamos



CARLOS OSMAR BERTERO
FGV-EAESP
carlos.bertero@fgv.br